

PESQUISA

POP RUA

NOTA METODOLÓGICA

**2º Censo Distrital
da População em
Situação de Rua**

2025

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha

Governador

Celina Leão

Vice-Governadora

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL – SEEC

Ney Ferraz Júnior

Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL – IPEDF Codeplan

Manoel Clementino Barros Neto

Diretor-Presidente

Marcos da Silva Amaro

Diretor de Administração Geral

Marcela Machado

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Francisca de Fátima de Araújo Lucena

Diretora de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas

Werner Bessa Vieira

Diretor de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais

Sônia Gontijo Chagas Gonzaga

Diretora de Estratégia e Qualidade

EQUIPE RESPONSÁVEL

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS - DIPOS/IPEDF

- Marcela Machado - Diretora

Coordenação de Estudos e Pesquisas Qualitativos de Políticas Sociais - COPQL/DIPOS/IPEDF

- Jaqueline da Silva Borges - Coordenadora

Supervisão da pesquisa

- Marcela Machado - Diretora
- Jaqueline da Silva Borges - Coordenadora

Participação na pesquisa

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

- Marcela Machado - Revisão crítica
- Jaqueline da Silva Borges - Concepção do estudo e revisão crítica
- Diego Rodrigues de Loiola - Redação e revisão crítica
- Evelyn Maria Apolinaria Santos Arruda - Análise de dados, redação e revisão crítica
- Guilherme Duarte Carvalho - Revisão crítica
- Victor Cezar de Sousa Vitor - Redação e revisão crítica
- Herick Alves Lira (estagiário) - redação

Unidade Ciência de Dados, Tecnologia da Informação e Serviços Compartilhados

Frederico Lara de Souza - Cálculo da amostra

Bruno Medeiros Santana - Georreferenciamento dos dados

Renato Borges Ferreira - Georreferenciamento dos dados

Assessoria de Comunicação

- Verônica Santana dos Santos - identidade visual

Editoração Eletrônica

- Diego Rodrigues de Loiola
- Jaqueline da Silva Borges

Sumário

1. Introdução	04
2. A população em situação de rua: conceito e perfil	06
2.1 Histórico dos censos de população em situação de rua realizados no Brasil.....	07
2.2. Censo, políticas e programas para população em situação de rua no Distrito Federal.....	09
3. Instrumentos de coleta	11
3.1. Os questionários censitário e amostral.....	11
3.2. Revisão interna dos instrumentos.....	15
3.3. Validação externa dos instrumentos.....	16
3.4. Atualizações em relação ao primeiro censo.....	17
4. Mapeamento territorial	18
4.1. Divisão territorial.....	19
4.1.1 Distritos censitários.....	19
4.1.2 Setores censitários.....	20
4.1.3 Polígonos.....	21
4.1.4 Visualização do território.....	22
5. Coleta de dados	23
5.1 Seleção e treinamento de entrevistadores/as e supervisores/as.....	23
5.2 Coleta censitária de dados.....	25
5.3 Coleta amostral de dados.....	30
6. Referências bibliográficas	31



1 Introdução

Este relatório apresenta a metodologia do segundo Censo Distrital da População em Situação de Rua. O estudo foi responsável por realizar a contagem e caracterizar o perfil das pessoas em situação de rua no Distrito Federal. A pesquisa levou em consideração pessoas em situação de rua localizadas em espaços da rua, em serviços de acolhimento e em comunidades terapêuticas.

O primeiro Censo Distrital da População em Situação de Rua do Distrito Federal foi realizado no mês de fevereiro de 2022. Pesquisadores percorreram as ruas das Regiões Administrativas do Distrito Federal, identificando um total de 2.938 pessoas nas ruas, nos serviços de acolhimento e em comunidades terapêuticas. A realização do primeiro Censo surgiu a partir de uma demanda da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), em 2019. Na ocasião, a pesquisa firmou parcerias institucionais com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes), com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

A segunda edição do Censo foi realizada no mês de janeiro de 2025. A realização da pesquisa está amparada pelo Decreto distrital 45.474, de 06 de fevereiro de 2024, responsável por tornar bianual a realização da pesquisa. Através da realização da contagem e da caracterização do perfil das pessoas em situação de rua, incluindo crianças e adolescentes, o Censo busca identificar quem são as pessoas em situação de rua no Distrito Federal e evidenciar percepções dessas pessoas sobre a vida na rua. A partir desses dados, é possível descrever aspectos sociodemográficos específicos que caracterizam a vida na rua no Distrito Federal.

A realização do trabalho de campo contou com duas etapas: i) censitária e ii) amostral. Na primeira etapa, foi aplicado um questionário censitário nas 35 regiões administrativas do Distrito Federal a todas as pessoas que, após a abordagem, se enquadraram como pessoas em situação de rua e concordaram em responder ao questionário. A coleta também foi realizada em serviços de acolhimento e comunidades terapêuticas.

Com a etapa censitária finalizada e a identificação do número total de pessoas em situação de rua no período da pesquisa de campo, foi calculada uma amostra representativa dessa população no DF. A etapa amostral é destinada a levantar informações adicionais sobre o perfil da população em situação de rua através da aplicação de um questionário mais extenso.

O questionário amostral incluiu perguntas mais detalhadas sobre temas já explorados na pesquisa censitária ou através da inclusão de novos temas, com o objetivo de obter informações mais específicas e detalhadas sobre a população em situação de rua.

A produção de evidências científicas permite a elaboração de políticas públicas que oferecem, de modo efetivo, a redução das desigualdades e, conseqüentemente, a promoção da inclusão social dessa população. Por isso, realizar a segunda edição do Censo Distrital da População em Situação de Rua é importante para manter uma periodicidade de atualização dos dados coletados sobre a população em situação de rua no Distrito Federal. Realizar o Censo é fundamental para que o Estado entenda quem são essas pessoas e quais suas necessidades. Essas informações podem auxiliar na organização de serviços para essa população, como na disponibilização por demanda de vagas em serviços de acolhimento e de outros serviços em Regiões Administrativas específicas.

Este documento está estruturado com as seguintes seções: Introdução; A população em situação de rua: conceito e perfil; Instrumentos de coleta; Mapeamento territorial; e Coleta de dados.

A seção **“A população em situação de rua: conceito e perfil”** caracteriza quem são as pessoas em situação de rua no DF a partir de um breve debate sobre as características e dinâmicas desse público, além de conceitos usados para definir e limitar o universo pesquisado. Traz, também, um breve histórico da realização do primeiro Censo PopRua do DF, além dos Censos já realizados em outras capitais brasileiras.

Em **Instrumentos de coleta**, é apresentado a descrição da estrutura geral dos instrumentos para a coleta de dados; o processo de revisão dos instrumentos de coleta de dados do Censo PopRua do DF; e o alinhamento com parceiros institucionais para o planejamento e a realização da pesquisa.

Em **Mapeamento territorial**, é apresentado o método utilizado na coleta de dados, descrevendo conteúdos e etapas da utilização de dados governamentais georreferenciados para a realização do mapeamento territorial, incluindo as divisões do território, os trajetos sugeridos e os pontos de atenção, como regiões de aglomeração e áreas de risco. Nesse tópico, há a descrição da logística para a definição das bases de apoio e dos deslocamentos da equipe no território.

A seção final, **Coleta de dados**, detalha o processo de preparação da equipe de entrevistadores/as e supervisores/as, incluindo a seleção, o treinamento para as etapas censitária e amostral e as exigências para a seleção e o conteúdo do treinamento.

2 A população em situação de rua: conceito e perfil

A complexidade da situação de rua exige uma discussão que contemple os múltiplos e dinâmicos fatores que provocam esse cenário, constituído por uma pluralidade de histórias. O termo população em situação de rua aponta uma categoria de movimentos de entrada e saída, que se opõem à noção cristalizada do morador de rua, que esconde os variados usos e sentidos da rua (Schuch; Gehlen, 2012). Esse termo remonta à heterogeneidade, às condições plurais e ao mesmo tempo às existências particulares em busca de protagonismos e de acesso à direitos dessa população (Gramajo *et al.*, 2023).

Nesse sentido, a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a partir do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, estabeleceu um conceito comum para fins da política. A classificação, utilizada também em outros censos do país (discutidos à frente nesta seção), foi adotada nesta pesquisa para manter a comparabilidade com o 1º censo distrital, realizado em 2022. O texto define a população em situação de rua como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009).

A ida para as ruas é permeada por uma série de rupturas consecutivas com os vínculos afetivos (Aguiar, 2014), além das dinâmicas socioeconômicas. A chegada até as ruas é processual e longa, envolvendo perdas de empregos, vínculos familiares, autoestima e autonomia, de abandonos e de problemas com álcool e outras drogas. Esses fatores se associam com questões históricas, sociais, econômicas e da natureza, delimitando então que, apesar das particularidades das histórias individuais, a situação de rua não é uma condição individualizada (Rosa, 2005; Aguiar, 2014; Mendes *et al.*, 2019). Na rua, essas situações de marginalização e invisibilidade podem se desdobrar em novas formas de vulnerabilidade (Silva, 2009 *apud* Cardoso, 2021).

A invisibilidade e as vulnerabilidades dessa população podem dificultar o seu acesso à serviços e levar à negação aos seus direitos à saúde, à educação e à moradia. Essas pessoas sofrem com a discriminação social, tanto ao acessar equipamentos, quanto fora deles (Vasconcelos *et al.*, 2021).

Apesar das faltas existentes no espaço da rua, nele são criadas novas formas de existência, novos vínculos e sociabilidades e uma forma singular de estar nas ruas. A rua é dinâmica e resulta em relações específicas com o espaço, com o corpo e com as coisas. É um local que não corresponde apenas ao “dormir”, mas em modos específicos de relações sociais e simbólicas para sobreviver (Schuch; Gehlen, 2012). Nela, surgem dinâmicas específicas de trabalho e de redes de apoio. Mesmo com as fragilizações familiares, essas e outras relações seguem fazendo parte da vida das pessoas (Gramajo, 2023).

Considerar a situação de rua fora da centralidade da falta de habitação abre possibilidades para compreender essa situação de forma relacional. Ou seja, nessa relativização, a situação de rua deixa de ser dicotomizada entre estar ou não estar nas ruas. Na rua, estão diferentes “níveis de imersão, inclusive conjugados ao usufruto de residência própria, com a qual se tem, contudo, rotinas e vínculos instáveis” (Castro; Rocha, 2024. p. 2).

2.1. Histórico dos censos de população em situação de rua realizados no Brasil

As pesquisas censitárias sobre a população em situação de rua surgiram no Brasil no final da década de 1990 e no início dos anos 2000 com os primeiros censos de Belo Horizonte e de São Paulo, respectivamente. Em 2008, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou a primeira pesquisa nacional sobre essa população, realizada em 71 cidades (Brasil, 2009). A partir de então, houve uma crescente realização dos censos em capitais e municípios, como São Paulo (2009, 2011, 2015, 2019 e 2021), Belo Horizonte (2005, 2013 e 2023), Rio de Janeiro (2020 e 2022), Fortaleza (2022) e Florianópolis (2023).

Tais pesquisas seguiram metodologias parecidas, principalmente no que tange ao conceito, ao tempo de execução, à divisão territorial e aos tipos de instrumentos. Em relação ao conceito, com exceção de Salvador, a maior parte dos censos utilizam a definição da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

De forma complementar, a capital Belo Horizonte, para qualificar a noção de “áreas degradadas como espaço de moradia” descrita no conceito adotado pela política nacional, optou por considerá-las como a categoria de Domicílios Improvisados utilizados pelo IBGE no censo nacional de 2010:

É o domicílio localizado em unidade não-residencial (loja, fábrica etc.) ou com dependências não destinadas exclusivamente à moradia, mas que na data de referência estava ocupado por morador (IBGE, 2010).

É comum, também, que a coleta de dados seja feita no período noturno, priorizando alcançar aquelas pessoas que pernoitam nas ruas. O censo de Salvador (2023) e o do Rio de Janeiro (2022) adicionaram também o período da manhã. Belo Horizonte, por outro lado, realizou o censo em um único dia de 7h às 23h.

Sobre a quantidade de dias para realização da contagem, as equipes dos censos dessas cidades se debruçaram pelo território, geralmente, entre quatro e cinco dias. Esse território de investigação é comumente reorganizado entre macrorregiões ou distritos censitários, que correspondem também a quantidade de dias de coleta. Os entrevistadores percorrem a pé áreas mapeadas anteriormente a partir de dados georreferenciados das secretarias ou prefeituras e reuniões e oficinas com as equipes da assistência social, do consultório na rua e com atores da sociedade civil.

Como instrumento de coleta de informações, as pesquisas mobilizam principalmente um questionário censitário que capta informações sociodemográficas para realizar a contagem dessas pessoas, contemplando também fichas de observação, pela impossibilidade ou recusa de resposta, e do ponto de coleta. É comum a aplicação de um questionário amostral, mais extenso e específico em temáticas de saúde, geração de renda, educação, motivos de ida para as ruas e outras variáveis sobre as dinâmicas nesse contexto. Também é possível encontrar adaptações dos questionários nesses censos para cenas de uso, serviços de acolhimento e para coletar informações sobre crianças e adolescentes.

Realizar o censo distrital da população em situação de rua é uma forma eficaz para contabilizar o número de pessoas que estavam na rua no momento da pesquisa, possibilitando a alocação e o planejamento de recursos de acordo com a realidade. A contagem é fundamental para evitar as inconsistências de dados administrativos, como os do Cadastro Único (CadÚnico).

Atualmente, na falta de um censo nacional sobre esta população que contemple todos os municípios, o país utiliza informações do CadÚnico para ter um número estimado desse público. No entanto, o governo reconhece que esses dados podem não retratar a realidade, pois contabilizam apenas as pessoas que acessaram as políticas de assistência, não contemplando aquelas que estão mais vulneráveis e não chegaram a acessar os serviços (MDHC, 2023). Além disso, o cadastro possibilita apenas a identificação de um valor absoluto e cumulativo ao longo de anos, e, pelo fato dessa população transitar nessa situação em processos de entrada e saída muito rapidamente, a atualização do cadastro de dois em dois anos torna-se um período longo para conseguir representar essa realidade.

Para uma pessoa ser contabilizada como em situação de rua no CadÚnico, é necessário sua autodeclaração no momento da entrevista para o cadastro. A consistência dessas informações foi contestada por entrevistadores do CadÚnico de diversas metrópoles, que relataram o desafio do cadastro dessa população. Segundo eles, há incentivos para que famílias unipessoais ou pessoas que queiram acessar o Programa Bolsa Família se autodeclaram como pessoa em situação de rua mesmo sem estar nessa situação, devido a possibilidade da categoria “Pessoa em Situação de Rua - PSR” não necessitar comprovante de residência e documentos pessoais (Mota; Frutuoso, 2024). Outros dados administrativos, como registros mensais de atendimento da assistência social ou o Censo Suas, também não incluem a parcela da população em situação de rua que não acessa nenhum dos benefícios governamentais ou não tenha documentos.

2.2. Censo, políticas e programas para a população em situação de rua no Distrito Federal

Em fevereiro de 2022, foi realizado o primeiro censo da população em situação de rua do Distrito Federal. Na ocasião, foram encontradas 2.938 pessoas nos espaços da rua, em serviços de acolhimento e em comunidades terapêuticas (IPEDF, 2022). Desde então, a pauta ganhou ainda mais visibilidade dentro da agenda governamental, o que resultou na implementação do Decreto distrital nº 45.474, de 6 de fevereiro de 2024, que instituiu a realização periódica da pesquisa a cada dois anos. O decreto também estabeleceu diretrizes a serem seguidas nas próximas edições, a fim de garantir a comparação metodológica (Distrito Federal, 2024).

Ainda no âmbito distrital, a Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto distrital nº 33.779, de 6 de julho de 2012, estabelece diretrizes para garantir a transversalidade entre as políticas públicas para essa população nos eixos de assistência social, segurança alimentar, saúde, educação, habitação, segurança, cultura, esporte, trabalho e geração de renda. A norma também instituiu o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua do Distrito Federal (CIAMP-Rua) onde o IPEDF Codeplan está como apoio técnico para prestação de informações dentro das respectivas competências (Distrito Federal, 2012).

Em 2020, a Lei distrital nº 6.691, de 1º de outubro, instituiu a Política Distrital para a População em Situação de Rua, que reforça a necessidade de integrar as políticas públicas e universalizar o acesso simples e seguro a serviços e programas dessas políticas. Um dos objetivos da política, descrito no inciso 3º do Art. 5º, é a produção de dados e indicadores sociais sobre a rede de serviços disponíveis, papel também contemplado pelo IPEDF Codeplan na realização do censo distrital (Distrito Federal, 2020).

Essas e outras medidas estão contempladas no Plano e Monitoramento para Efetivação da Política Distrital para População em Situação de Rua no DF, por meio do qual o IPEDF foi indicado como órgão executor das metas do Eixo 7 “produção e gestão de dados”, que contempla ações para aprimorar a coleta e análise de dados acerca dessa população. O plano, alinhado com o Plano Nacional “Ruas Visíveis pelo Direito ao Futuro da População em Situação de Rua” do Governo Federal (MDHC, 2024), aborda os multifatores, e metas para cada um deles, que abrangem as vulnerabilidades e levam uma pessoa para a situação de rua. A realização do 2º censo distrital consta como uma das metas do Eixo 7.

Os dados do censo distrital revelam o perfil dessa população, identificam suas necessidades específicas e indicam como o governo pode atuar de forma mais efetiva diante das diferentes demandas. Além disso, permitem aos serviços e órgãos públicos organizarem melhor suas ações por área, tema e tipo de atendimento demandado. A pesquisa, por meio da coleta de informações através dos questionários censitário e amostral, produz evidências que abrangem diversas áreas do governo, como saúde, trabalho, educação e assistência. Esses instrumentos estão detalhados na próxima seção.

3 Instrumentos de coleta

3.1. Os questionários censitário e amostral

Para a coleta de informações sobre a população em situação de rua, foram utilizados dois questionários: um censitário e outro amostral. O quadro 1 detalha sua estruturação e objetivos.

Quadro 1 - Tipos de questionários, objetivos e descrições

Tipo de questionário		Objetivo e descrição
1. Questionário censitário		<ul style="list-style-type: none"> • Questionário aplicado a todas as pessoas em situação de rua encontradas durante o período da coleta. • É um instrumento reduzido com o objetivo principal de contagem dessa população. • Inclui dois questionários para abarcar diferentes situações: questionário de observação e questionário de crianças e adolescentes.
	1.1 Questionário de observação	Questionário para considerar aquelas pessoas que não quiserem responder ao questionário ou estavam, de alguma maneira, impossibilitadas de responder.
	1.2 Questionário de crianças e adolescentes	<ul style="list-style-type: none"> • Questionário para contar e caracterizar o perfil das crianças e adolescentes em situação de rua, respondido pelo/a responsável; • Esse questionário é habilitado quando, no questionário censitário, um adulto informa estar responsável por crianças ou adolescentes menores de 18 anos.
2. Questionário amostral		<ul style="list-style-type: none"> • Questionário aprofundado para caracterizar o perfil da população em situação de rua aplicado a uma amostra do total atingido na contagem realizada a partir do questionário censitário

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

O **questionário censitário** foi aplicado para identificar a população em situação de rua presente no território do DF. Esse instrumento adotou perguntas nos formatos de múltipla escolha, de resposta aberta, dicotômica (sim/não) e de resposta única, distribuídas ao longo de 12 blocos temáticos, aplicadas a todas as pessoas encontradas no espaço da rua, em serviços de acolhimento institucional ou em comunidades terapêuticas. Caso a pessoa em situação de rua não concordasse ou não pudesse responder, um **questionário de observação** foi preenchido pelos próprios pesquisadores. Quando a pessoa entrevistada afirmava ser responsável por um menor de 18 anos, era aplicado um **questionário específico sobre a criança/adolescente**. Caso as crianças/adolescentes estivessem desacompanhadas, um questionário de observação era preenchido para contabilizá-las.

Após a contagem e o estabelecimento dos parâmetros estatísticos necessários à identificação de uma amostra representativa para o número total de pessoas em situação de rua encontradas no DF, foi aplicado o **questionário amostral**. O questionário adotou perguntas nos formatos de múltipla escolha, de resposta aberta, dicotômica (sim/não) e de resposta única, distribuídas ao longo de 19 blocos temáticos.

O questionário amostral é mais extenso, por ter blocos temáticos específicos. O quadro 2 apresenta os blocos temáticos de cada tipo de instrumento.

Quadro 2 - Blocos dos questionários censitário e amostral

Tipo de questionário	Blocos
1. Questionário censitário	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação do questionário [Respondido pelo entrevistador] • Identificação do entrevistado • Características sociodemográficas • Tempo de rua • Procedência/migração • Habitação e moradia • Benefícios do Governo • Catação • Vínculos familiares • Segurança alimentar • Animais de estimação • Identificação do ponto de apoio [Respondido pelo entrevistador]
	1.1 Questionário de observação <ul style="list-style-type: none"> • Sexo [Respondido pelo entrevistador] • Idade aproximada [Respondido pelo entrevistador] • Motivo da não resposta [Respondido pelo entrevistador]

O quadro continua na página 13

Tipo de questionário		Objetivo e descrição
	1.2 Questionário de crianças e adolescentes	<ul style="list-style-type: none"> • Características sociodemográficas • Procedência/migração • Funcionalidades • Saúde • Educação • Trabalho e renda
	2. Questionário amostral	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação do questionário [Entrevistador/a] • Identificação do entrevistado / situação de rua • Identificação da situação na rua • Características sociodemográficas • Tempo de rua • Procedência/migração • Habitação/moradia • Educação • Trabalho e renda • Vínculos familiares • Saúde • Funcionalidades • Menstruação • Acesso à internet • Regiões de estadia e deslocamento na rua • Segurança alimentar • Serviços públicos e privados acessados [Cidadania] • Serviço de acolhimento • Identificação do ponto de coleta [Entrevistador/a] •

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

Os blocos “identificação do questionário”, “identificação do entrevistado”, “características sociodemográficas”, “tempo de rua”, “procedência/migração”, “habitação e moradia”, “vínculos familiares” e “identificação do ponto de coleta” foram abordados em ambos os questionários.

A estratégia de manutenção desses blocos em comum entre os dois tipos de instrumentos foi motivada por duas decisões metodológicas: i) comparar os resultados obtidos com os mesmos blocos de perguntas como variáveis de controle entre as diferentes formas de coleta, para posterior validação da representatividade da amostra; e ii) para manter determinadas perguntas do questionário censitário como perguntas introdutórias a subperguntas mais aprofundadas do questionário amostral.

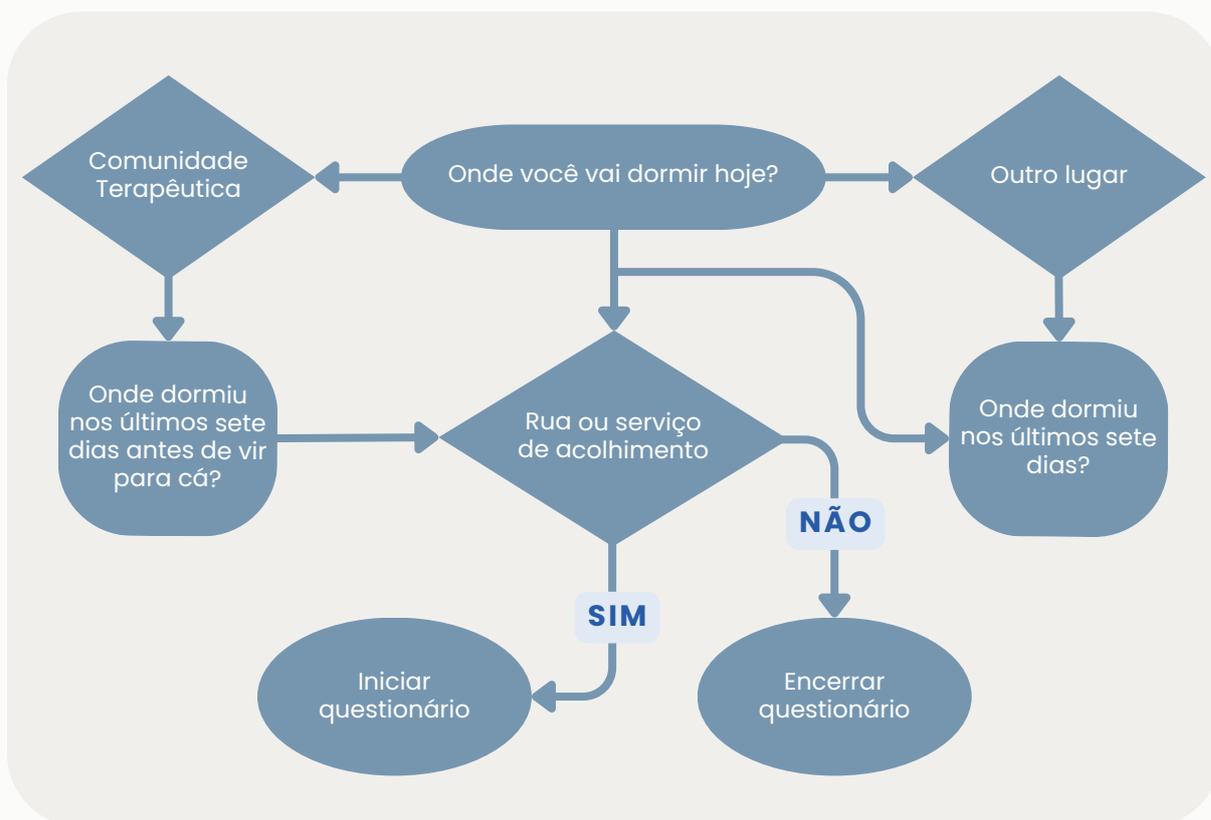
Nem todas as pessoas que fazem o uso do espaço da rua estavam em situação de rua no momento da pesquisa e, por isso, foram utilizadas perguntas-filtro para captar efetivamente o local de pernoite dessas pessoas.

As perguntas-filtro que estavam no bloco “identificação da situação de rua” foram as mesmas da primeira edição do censo. Na etapa censitária, foram:

- “Onde você vai dormir hoje?”; e
- “Onde você dormiu nos últimos sete dias?”.

As perguntas-filtro buscaram identificar pessoas que na data da coleta de dados ou nos sete dias anteriores dormiram na rua ou em algum serviço de acolhimento. No caso da comunidade terapêutica, estava elegível para participar da pesquisa caso tenha dormido na rua ou em algum serviço de acolhimento sete dias antes de ir para a Comunidade Terapêutica. A figura 1 traz o fluxograma das perguntas-filtro responsáveis pela identificação do público a ser entrevistado e, conseqüentemente, pela abertura do questionário na etapa censitária.

Figura 1 - Fluxograma das perguntas-filtro



Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

Na etapa amostral, foram entrevistadas as pessoas que, na data da coleta de dados ou nos sete dias anteriores a ela, dormiram na rua ou em algum serviço de acolhimento. Por questões estatísticas, não foram contempladas, nessa etapa, pessoas em situação de rua que estavam em comunidades terapêuticas.

3.2. Revisão interna dos instrumentos

Durante o período de planejamento da pesquisa de campo, a equipe técnica da Dipos/IPEDF Codeplan realizou uma ampla revisão bibliográfica com o intuito de atualizar os instrumentos de coleta aplicados na primeira edição do censo. Os questionários também foram revisados a partir da análise de instrumentos aplicados em outros estados e países.

O estudo adotou a revisão de escopo (Arksey; O'Malley, 2005) como modalidade de levantamento bibliográfico, destinada a tarefas como: i) mapeamento da diversidade temática e do volume de produção relacionada ao tema; ii) identificação de categorias analíticas pertinentes e iii) atualização de fundamentos teórico-metodológicos do censo. Para limitar as buscas, foi estabelecido um alinhamento entre os critérios de inclusão adotados durante a revisão, os objetivos e as perguntas norteadoras de pesquisa (Peters e GodFrey *et al.*, 2015).

As ferramentas de busca foram estabelecidas através da seleção de palavras-chave pré-definidas com base na revisão de escopo realizada no primeiro Censo distrital da População em Situação de Rua (2022). A reutilização do instrumental foi motivada pela necessidade de estabelecer um padrão de buscas a ser mantido ao longo da periodicidade de execução dos censos no DF. Esse aspecto manteve abordagens com capacidade comparativa entre os censos, além de possibilitar a localização de novas contribuições bibliográficas dentro de um mesmo padrão geral de busca.

A busca por publicações foi operacionalizada com a utilização do software Publish or Perish (Version: 8.12.4612 [12 March 2024]), selecionando, em seu comando de busca automatizada, a plataforma de pesquisa Google Scholar (ou Google Acadêmico). A escolha da plataforma permitiu um amplo acesso ao acervo bibliográfico disponível na internet, de caráter público, desconsiderando, assim, publicações de acesso restrito.

A estratégia de busca consistiu na utilização de um subgrupo formulado pela combinação entre palavras-chave e operadores booleanos:

```
((pessoa* OR população) AND "Situação de rua") OR homeless* [AND] censo OR pesquisa OR census OR research.
```

A tarefa de resumir referências bibliográficas encontradas durante as buscas e direcioná-las à revisão dos instrumentos de pesquisa adotou, como rigor metodológico, etapas de seleção, discussão e formatação conjunta dos achados (Levac; Colquhoun e O'Brien, 2010). A formatação das contribuições bibliográficas consistiu na seleção e na classificação de trechos em um quadro, de acordo com os diferentes blocos temáticos abordados pelos instrumentos de coleta da primeira edição do censo.

A classificação dos trechos bibliográficos, segundo blocos temáticos do censo, direcionou de forma mais prática as sugestões de inclusão, reformulação ou exclusão de perguntas, apresentadas, discutidas e avaliadas conjuntamente em uma série de reuniões realizadas pela equipe de técnicos da Dipos/IPEDF Codeplan.

Esse procedimento metodológico foi fundamental não somente para o mapeamento de temas específicos e atualizações em evidência sobre a população em situação de rua, mas também para identificar lacunas e possíveis limitações conceituais presentes no conjunto das publicações selecionadas.

3.3. Validação externa dos instrumentos

Após a etapa de validação interna dos instrumentos da pesquisa, determinados órgãos e instituições públicas foram convidados a colaborarem com a revisão dos questionários em uma série de reuniões consultivas, na modalidade remota. O momento foi destinado a sugestões e discussões de propostas de modificação ou de melhoria nas perguntas dos questionários pelas instituições sob consulta, condicionado à leitura dos questionários, enviados de forma prévia à reunião.

As consultas foram fundamentais para a identificação de demandas específicas por parte dos órgãos e das instituições públicas sobre a população em situação de rua. A apresentação dos questionários buscou incorporar demandas por informação e, conseqüentemente, contribuir para a eficiência da gestão pública distrital de instituições e secretarias do GDF que planejam ações, programas e projetos voltados a esse público.

Os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta consultados, além de demais instituições autônomas, foram:

- Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DFLegal
- Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda - SEDET
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH
- Secretaria de Educação - SEE
- Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS
- Secretaria da Pessoa com Deficiência - SEPD
- Secretaria de Saúde - SES
- Serviço de Limpeza Urbana - SLU
- Secretaria de Estado da Mulher - SMDF
- Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP
- Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua - CIAMP-Rua
- Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF
- Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios - MPDFT
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR
- Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA
- Movimento Nacional da População em Situação de Rua - Núcleo Distrito Federal (MNPR-DF)

3.4. Atualizações em relação ao primeiro censo

Após o processo de revisão e validação com outros órgãos, foram feitos alguns ajustes nos instrumentos, como:

- Inclusão das Regiões Administrativas criadas no Distrito Federal em 2023, Água Quente e Arapoanga;
- Qualificação das perguntas sobre associação às cooperativas e trabalho com catação; e
- Inserção de perguntas sobre animais de estimação e estrangeiros no questionário censitário.

Visando maior clareza e acessibilidade às pessoas entrevistadas, foi feito ajuste de redação em algumas perguntas e nas opções de resposta. Além disso, foram excluídas alternativas consideradas confusas ou que não se mostraram representativas nos resultados do primeiro censo distrital.

Durante o planejamento do segundo censo, percebeu-se que alguns temas não tiveram dados representativos suficientes na primeira edição do censo por estarem no questionário amostral. Por isso, questões como animais de estimação e nacionalidade foram remanejadas para o questionário censitário, permitindo uma coleta mais completa e representativa das informações junto a toda a população pesquisada.

4 Mapeamento territorial

Para a execução e planejamento do censo, foi necessário compreender a dinâmica territorial dessa população dentro do Distrito Federal. O censo é realizado na forma de busca ativa nas áreas urbanas e rurais do DF e, para isso, possui duas estratégias diferentes: i) possíveis áreas com aglomeração são percorridas a pé e com atenção; ii) as áreas com baixa concentração são percorridas com veículos em baixa velocidade.

O Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) disponibilizou o número de pessoas atendidas por localidade no Distrito Federal em janeiro de 2024. Esses dados foram fornecidos mediante Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Secretaria de Desenvolvimento de Social do Distrito Federal (Sedes) e assinatura de termos de sigilo pela a equipe técnica da Dipos/IPEDF. A base de dados contém informações de identificação das pessoas e locais das abordagens feitas pela equipe, caracterizados por Região Administrativa (RA), com endereços e pontos de referência. O quantitativo de pessoas em situação de rua por RA e para o DF, segundo dados do SEAS, respaldaram a quantidade de entrevistadores e veículos previstos para a realização da pesquisa.

Os dados de cada abordagem foram georreferenciados, a fim de sinalizar as áreas de trânsito e permanência das pessoas em situação de rua. Para chegar nessa visualização, a Gerência de Inovação (GEINO) do IPEDF, a partir dos endereços disponibilizados, utilizou o geocode do IPEDF e do Google Maps para converter os endereços textuais em coordenadas geográficas, com latitude e longitude, possibilitando uma análise espacial dentro do software QGIS.

O primeiro referencial utilizado para a transformação desses endereços foi a geocodificação do IPEDF, uma fonte confiável e adaptada ao contexto local. Depois dos endereços submetidos ao sistema, os retornos foram verificados quanto à precisão e ao alinhamento com os pontos de referência que acompanhavam os endereços. Por apresentar limitações quanto a áreas menos urbanizadas ou com endereços incompletos, a geocodificação do Google Maps foi utilizada para encontrar endereços não localizados pela fonte do IPEDF. Os resultados de ambas as geocodificações foram comparados para verificar a consistência dos dois modelos e, em casos de discrepância, foram realizadas verificações manuais.

Nos próximos tópicos, estão descritas as etapas da divisão territorial pensadas para organizar a execução do campo, respeitando a dinâmica e o quantitativo dessa população.

4.1. Divisão territorial

A partir da base de dados disponibilizada pelo SEAS, de debates entre a equipe da Sedes e do IPEDF e do conhecimento do territorial da equipe, o território foi organizado com as seguintes divisões: distritos censitários, setores censitários e polígonos. O quadro 3 resume o nível de agrupamento e detalhamento de cada uma delas.

Quadro 3 - Descrição das camadas de visualização no software QGIS

Divisão	Tipo de divisão	Descrição
Distrito Censitário	Camada abrangente	Agrupamento de Regiões Administrativas, de setores censitários e de polígonos.
Setores censitários	Camada intermediária	Divisão interna ao distrito censitário para atuação da equipe de coleta. Cada supervisor/a no campo ficava com um setor a ser percorrido. Esta divisão agrupa áreas urbanas e rurais com suas respectivas áreas de atenção.
Polígonos	Camada específica	Demarcações dentro de cada Região Administrativa e setor das áreas de concentração que deveriam ser percorridas a pé.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

4.1.1 Distritos censitários

Os distritos censitários são agrupamentos de Regiões Administrativas do Distrito Federal. Para cada dia de coleta, foi elaborado um agrupamento específico, descrito no quadro 4.

Quadro 4 - Divisão dos distritos censitários

Nº do distrito censitário	Regiões Administrativas que compõem o distrito censitário
Distrito censitário 1	Ceilândia e Sol Nascente/ Pôr do Sol, Samambaia, Taguatinga, Águas Claras, Vicente Pires e Arniqueira.
Distrito censitário 2	Brazlândia, Fercal, Itapoã, Lago Norte, Paranoá, Planaltina, Sobradinho, Sobradinho II, Varjão e Arapoanga.
Distrito censitário 3	Plano Piloto, Lago Sul, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro e SIA e SCIA/Estrutural.
Distrito censitário 4	Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Park Way, Guará, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II e Água Quente.
Distrito censitário 5	Gama, Santa Maria e São Sebastião, Jardim Botânico.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

Esse agrupamento, pensado com a Sedes, levou em consideração o trânsito das pessoas em situação de rua entre as regiões, garantindo que áreas próximas fossem percorridas em um mesmo dia. Essa mesma estratégia foi utilizada no 1º Censo Distrital da População em Situação de Rua. Para a segunda edição, teve como alteração a mudança da RA Riacho Fundo II para o distrito 4.

Para cada distrito, foram consideradas informações como:

- O número de pessoas em situação de rua abordadas em janeiro de 2024 por Região Administrativa e por faixa etária;
- Os Serviços de Acolhimento e Comunidades Terapêuticas, incluindo a quantidade de vagas e o tipo de público; e
- Possíveis áreas sensíveis.

Os Centros Pop, CREAS, Serviços de acolhimento institucional e da rede complementar e comunidades terapêuticas foram sinalizados dentro de cada distrito.

4.1.2 Setores censitários

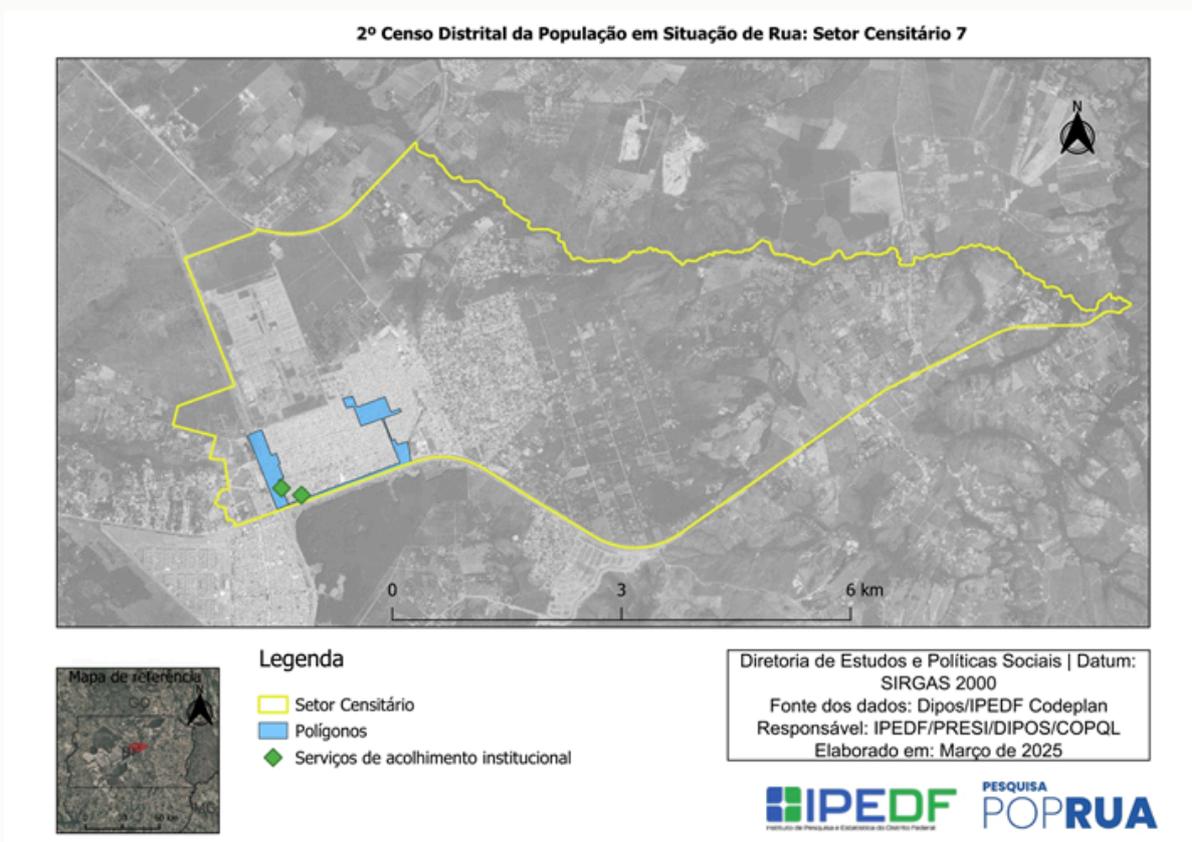
Os setores censitários foram áreas delimitadas dentro dos distritos censitários para organizar a atuação de cada supervisor de campo e sua equipe. Essas divisões foram criadas de forma manual de acordo com a dinâmica de cada região, respeitando os limites do distrito e dos polígonos.

Quadro 5 – Quantidade de setores por Distritos Censitários e bases de apoio de referência

Nº do distrito censitário	Nº de setores
Distrito censitário 1	16
Distrito censitário 2	12
Distrito censitário 3	20
Distrito censitário 4	12
Distrito censitário 5	14

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

Ao todo, 74 setores foram criados, exibidos por Distrito Censitário no quadro 5. A figura 2, na página seguinte, traz o exemplo do Setor 7 do Distrito 2.

Figura 2 – Setor censitário 7

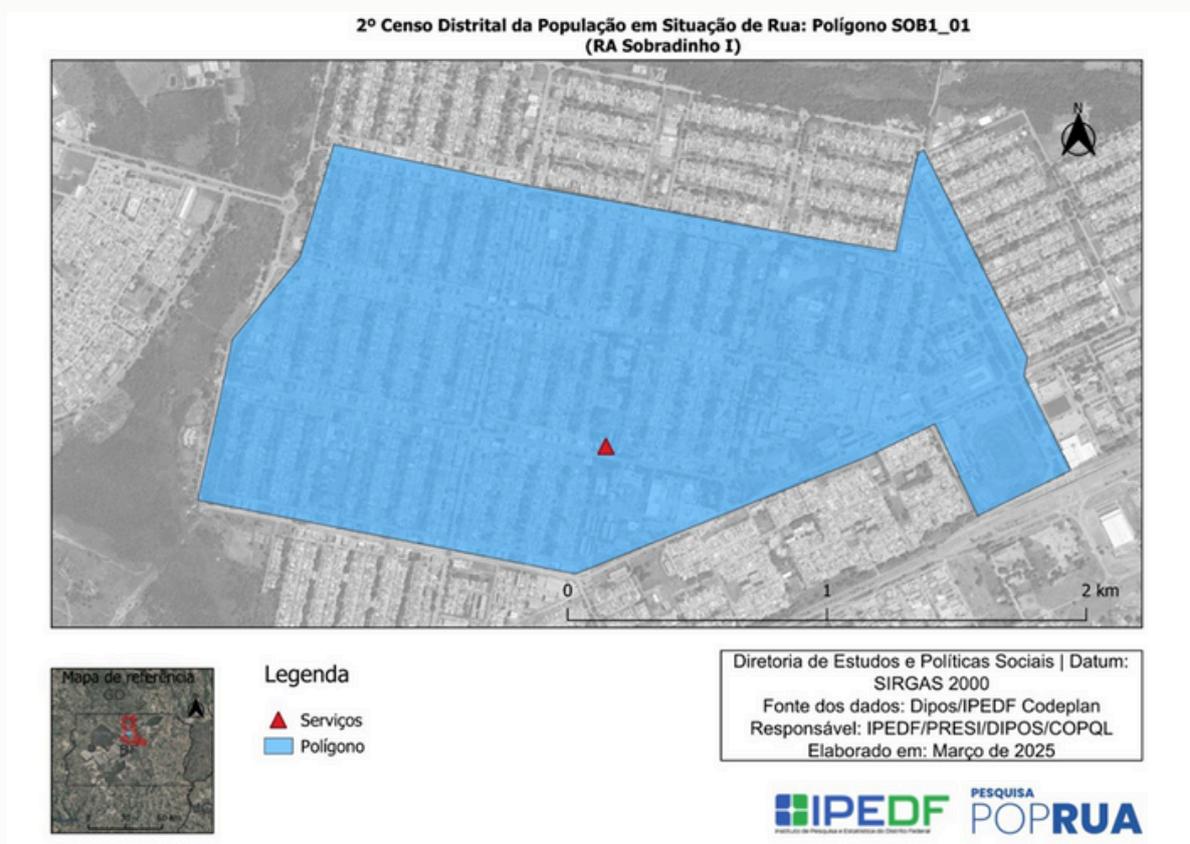
Elaboração: UCTIS/IPEDF Codeplan.

4.1.3 Polígonos

Os polígonos demarcaram áreas de atenção que deveriam ser percorridas a pé, pois, de acordo com os georreferenciamentos, possuíam uma quantidade significativa de pessoas atendidas a partir dos dados do SEAS.

Além dos dados da abordagem, essas áreas foram delimitadas tendo como referência o 1º censo distrital da população em situação de rua de 2022 e foram reeditadas para corresponderem às abordagens georreferenciadas com atualização de janeiro de 2024. Para cada polígono, foi sugerida uma direção de trajeto, sinalizando o início e a finalização em locais onde as pessoas de rua costumam pernoitar.

A figura 3, na página seguinte, destaca, como exemplo, o polígono SOB1_01 da RA Sobradinho I.

Figura 3 - Polígono SOB1_01 da RA Sobradinho I

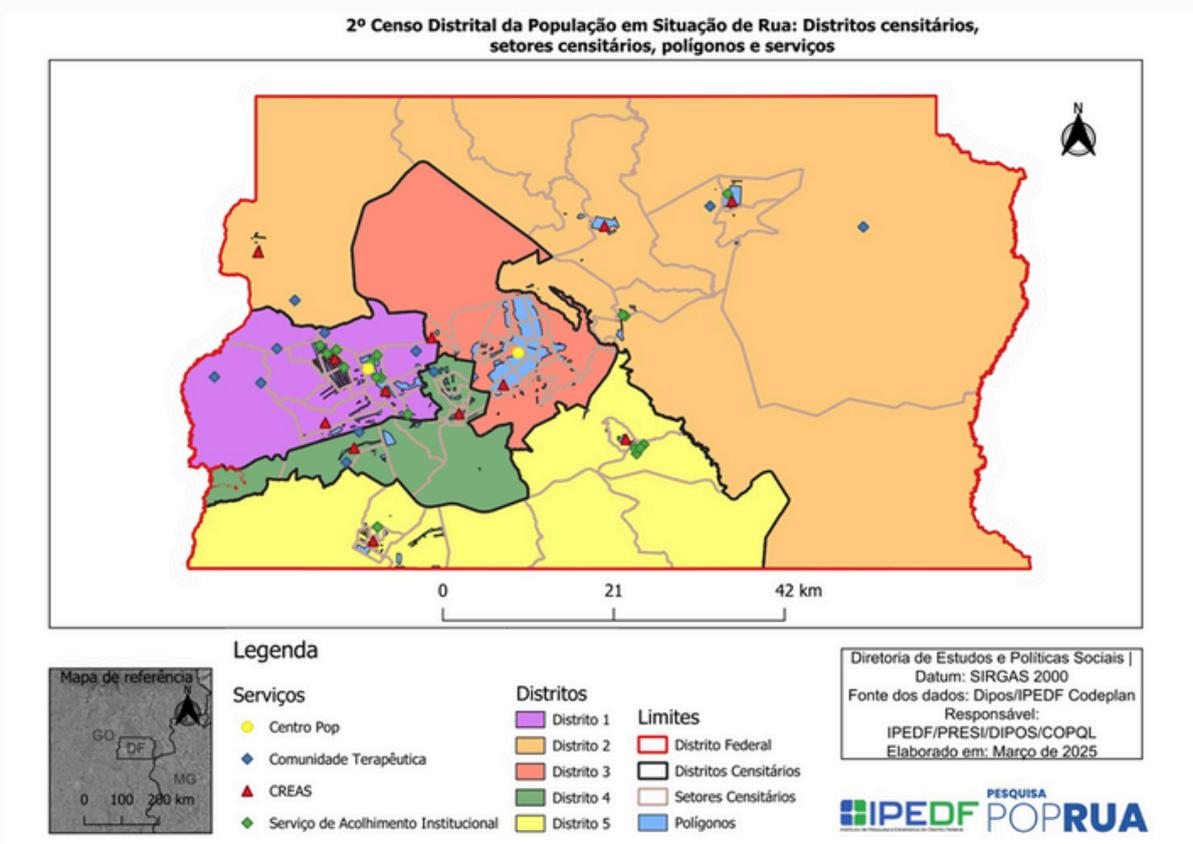
Elaboração: UCTIS/IPEDF Codeplan.

4.1.4 Visualização do território

Os três níveis de divisão territorial resultaram no mapa final do censo, possibilitando uma visão geral e ao mesmo tempo detalhada sobre a dinâmica dessa população no território.

Os supervisores e entrevistadores de campo receberam o mapeamento em folha A3 e online, de forma dinâmica, no aplicativo Google Maps. A visualização online permitiu que a equipe de aplicadores tivesse acesso aos três níveis de detalhamento do mapa (distritos e setores censitários e polígonos).

O mapa do Distrito Federal dividido por Distritos Censitários, setores e polígonos está ilustrado na figura 4, na página seguinte.

Figura 4 – Mapa do Distrito Federal dividido por Distritos Censitários, setores e polígonos

Elaboração: UCTIS/IPEDF Codeplan.

5 Coleta de dados

5.1 Seleção e treinamento de entrevistadores/as e supervisores/as

A constituição da equipe de coordenação dos trabalhos teve início com um processo de seleção para preenchimento de vagas de supervisores e entrevistadores de campo, realizado pela empresa contratada por meio da licitação e sob supervisão da equipe técnica da Dipos/IPEDF. Para a realização das inscrições, foi disponibilizado um *link* do formulário de inscrição hospedado na plataforma Survey Monkey.

Os requisitos desejáveis foram: i) possuir experiência de pesquisa de campo e/ou abordagem da população em situação de rua; ii) experiência em trabalhos junto à população em situação de rua; iii) disponibilidade para trabalhar no período noturno/madrugada durante período da pesquisa; iv) ter disposição para caminhar longos percursos; v) ter boa comunicação e seguir rigorosamente as instruções de campo; e vi) ter habilidade com dispositivos móveis de coleta (tablet).

Após a seleção da equipe de campo, realizou-se o treinamento da equipe de campo na sede da Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal (Sedes/GDF), com um dia dedicado aos supervisores e outro para os entrevistadores.

O conteúdo do treinamento para supervisores e entrevistadores envolveu:

1. Apresentação dos participantes:

- a. Apresentação do IPEDF;
- b. Apresentação da empresa contratada por meio de licitação.

2. Apresentação da pesquisa:

- a. Objetivos da pesquisa;
- b. Metodologia da pesquisa;
- c. Conceitos importantes da pesquisa.

3. Ética em pesquisa e sigilo das informações;

4. Questionários:

- a. O que se espera de cada pergunta;
- b. Como comunicar cada pergunta;
- c. Como preencher cada pergunta;
- d. Possíveis dúvidas dos respondentes;
- e. Respostas sem clareza;
- f. Estratégias para realizar perguntas sensíveis.

5. Manuseio do Dispositivo Móvel de Coleta (DMC):

- a. Iniciar o questionário e transferi-lo à central de tratamento de dados;
- b. Gravar a entrevista;
- c. Gravar as coordenadas de GPS.

6. Primeira rodada de aplicação do questionário – com aplicação a, no mínimo, 3 pessoas diferentes;

7. Apresentação do Manual para Entrevistadores, com orientações gerais sobre a aplicação dos questionários e a indicação de pontos de atenção de cada bloco temático;

8. Planejamento da distribuição das equipes no campo e da coleta de dados;

9. O papel e a rotina dos supervisores e dos entrevistadores na coleta de campo:

- a. Preparação do material;
- b. Localização dos endereços a serem visitados para a coleta;
- c. Identificação da equipe;
- d. Acesso aos endereços;
- e. Abordagem dos(as) entrevistados(as);
- f. Engajamento dos(as) entrevistados(as);
- g. Realização das entrevistas;
- h. Recusas;
- i. Descartes de entrevistas;
- j. Novas orientações em campo;
- k. Comunicação com os(as) entrevistadores(as);
- l. Comunicação com os(as) coordenadores(as) de campo e entre supervisores(as).

A equipe técnica da Dipos/IPEDF Codeplan e o coordenador de campo (empresa contratada por meio de licitação) foram os responsáveis por conduzir os treinamentos dos entrevistadores e supervisores de campo. A distribuição das equipes de entrevistadores foi realizada com base em mapeamento territorial anteriormente descrito.

Antes da ida ao campo, foi realizado o pré-teste, com o objetivo de captar possíveis inconsistências do instrumento e/ou logística de campo. O pré-teste foi conduzido com a participação de 12 supervisores de campo, permitindo identificar ajustes necessários antes do início oficial da coleta. Participaram também a equipe técnica da Dipos/IPEDF Codeplan e da empresa contratada por meio de licitação. O pré-teste foi realizado na semana anterior ao início da coleta de dados nas imediações da Torre de TV de Brasília, localizada na região administrativa do Plano Piloto.

Durante a atividade, foram coletadas informações fundamentais para ajustes nos instrumentos de pesquisa, garantindo maior fluidez e precisão na aplicação, bem como estratégias de campo que foram apresentadas pela equipe de coordenação para os supervisores, como: i) formato de divisão das equipes nos setores censitários e ii) divisão da equipe em pontos de alta concentração de população em situação de rua e em locais espaçosos, como praças. Além disso, foi reforçada a necessidade de realizar uma busca ativa dentro de setores censitários após cada equipe percorrer os polígonos destacados nos mapas.

5.2 Coleta censitária de dados

A etapa censitária do trabalho de campo, realizada no espaço das ruas, nos Serviços de Acolhimento e nas Comunidades Terapêuticas, ocorreu entre os dias 27 e 31 de janeiro de 2025. Cada equipe de campo recebeu, pelo menos 1 (um) dia antes da coleta em determinado distrito, 3 (três) mapas impressos, contendo: i) definição do distrito censitário; ii) definição dos setores censitários; e iii) roteiros/polígonos a serem percorridos a pé ou de carro/van, além de um *link* com o mapa online, acessível via dispositivos móveis.

Os mapas foram atribuídos a cada equipe de acordo com a quantidade de entrevistadores, além do conhecimento do supervisor da área a ser percorrida. Todos os membros da equipe de pesquisadores utilizaram coletes e crachás de identificação, além da disponibilização de kits de proteção individual contendo máscaras e álcool em gel. As regiões foram percorridas apenas uma vez, para evitar dupla contagem. Em cada dia de campo, as coletas foram iniciadas às 17h, com exceção das regiões rurais, podendo iniciar antes desse horário.

A realização da coleta de dados nos serviços de acolhimento e nas comunidades terapêuticas foi previamente comunicada à Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes-DF), à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (Sejus-DF) e ao Conselho de Políticas sobre Drogas do Distrito Federal, seguindo a mesma divisão territorial utilizada para a contagem nas ruas, garantindo a consistência e a abrangência dos dados em todas as áreas pesquisadas. Os endereços dos serviços de acolhimento e das comunidades terapêuticas foram atualizados conforme listagem enviadas, respectivamente, pela Sedes e pelo Conselho de Política Sobre Drogas do Distrito Federal.

Os quadros 6 e 7 apresentam as Unidades de Acolhimento e Comunidades Terapêuticas em que ocorreu aplicação de questionário.

Quadro 6 – Unidades de Acolhimento

Unidade de acolhimento		Região Administrativa	Público atendido
Serviços de Execução Direta	SAIAFA / UNAF	Águas Claras	Idosos, Homens Adultos com deficiência, Famílias (com integrantes maiores de 18 anos)
	SAIPI – Casa Viva	Taguatinga Norte	Homens idosos
	SAIAM/ UNAM – Casa Flor	Taguatinga Sul	Mulheres Adultas e Idosas
Serviços da Rede Complementar	Instituto Tocar Planaltina	Planaltina	Homens Adultos
	Instituto Tocar Taguatinga 1*	Taguatinga Norte	Homens Adultos
	Instituto Tocar Gama*	Gama	Homens Adultos
	Instituto Inclusão São Sebastião – Casa São Francisco	São Sebastião	Famílias
	Instituto Inclusão São Sebastião – Casa São José	São Sebastião	Homens Adultos
	Instituto Inclusão São Sebastião – Unidade Bosque	São Sebastião	Homens Adultos
	Instituto Inclusão Ceilândia 1	Ceilândia	Mulheres, com ou sem filhos
	Instituto Inclusão Ceilândia 2	Ceilândia	Homens Adultos
	Instituto Inclusão Ceilândia 3	Ceilândia	Homens Adultos

O quadro continua na página 27

Unidade de acolhimento		Região Administrativa	Público atendido
Serviços da Rede Complementar	Instituto Inclusão Taguatinga 1	Taguatinga Norte	Famílias
	Instituto Inclusão Taguatinga 2	Taguatinga Norte	Famílias
	Instituto Inclusão Taguatinga 3	Taguatinga Norte	Famílias
	Berço Da Cidadania – Casa Da Cidadania 1	São Sebastião	Homens Adultos
	Berço Da Cidadania – Casa Da Cidadania 2	São Sebastião	Homens Adultos
	Berço Da Cidadania – Casa Da Cidadania 3	Itapoã I	Homens Adultos
	Berço Da Cidadania – Casa Da Cidadania 4	Itapoã I	Homens Adultos

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

*As instituições de acolhimento Tocar Taguatinga 1 e Tocar Gama encerraram as suas atividades, realizando a transferência dos acolhidos para as demais instituições.

Quadro 7 – Comunidades Terapêuticas

Comunidade Terapêutica	Região Administrativa	Público atendido
Servos Fazenda do Senhor Jesus Unidade I	Ceilândia	Homens adultos
El Shadai	Ceilândia	Homens adultos
Instituto Abba Pai	Ceilândia	Homens adultos
Renovando a Vida – RAV	Ceilândia	Homens adultos
Novo tempo	Samambaia	Homens adultos
Instituto Crescer	Vicente Pires	Homens adultos
Desafio Jovem de Brasília	Planaltina	Homens adultos

O quadro continua na página 28

Comunidade Terapêutica	Região Administrativa	Público atendido
Centro de Reintegração Deus Proverá	Planaltina	Homens adultos
Esperança	Brazlândia	Homens adultos
Projeto Criação de Deus	Guará II	Homens adultos
Fazenda do Senhor Jesus Unidade II	Recanto das Emas	Mulheres adultas

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

Levando em consideração a existência de unidades de acolhimento e comunidades terapêuticas apresentando condições de formalização institucional diferentes no Distrito federal, foi necessário adotar os seguintes critérios de inclusão:

- **Unidades de acolhimento:** pertencer à administração direta ou possuir termo de parceria, ou convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Social;
- **Comunidades Terapêuticas:** estar inscrita no Conselho de Política sobre Drogas do Distrito Federal.

Os critérios de inclusão levaram em consideração entidades que possuem uma relação institucional direta ou indireta com o Governo do Distrito Federal, alinhando-se ao objetivo do estudo: oferecer dados às políticas públicas destinadas à redução das desigualdades e, conseqüentemente, a promoção da inclusão social dessa população.

Os supervisores de campo receberam orientações detalhadas para organizar os entrevistadores de suas equipes, no mínimo, em duplas, ou quantas pessoas fossem necessárias para percorrer as áreas. O formato adotado para a distribuição das equipes levou em consideração aspectos como: i) diversidade de gênero, ii) grau de conhecimento sobre a população em situação de rua e iii) grau de experiência prévia com pesquisa de campo. A regra fundamental estabelecida pelas equipes técnicas responsáveis pela coordenação da pesquisa era de que um entrevistador não poderia percorrer trajetos sozinho.

A coleta de dados foi realizada via dispositivo móvel de coleta, a partir do *software* de coleta de dados SurveyToGo. A empresa contratada por meio de licitação disponibilizou tablets eletrônicos a cada entrevistador de campo. Todos os aparelhos apresentavam Sistema de Posicionamento Global (GPS) para captura de latitude e longitude das entrevistas, além das especificações técnicas mínimas para o correto funcionamento do *software*.

Ao término de cada entrevista, os dados eram salvos em cada aparelho eletrônico para posterior envio à equipe técnica da empresa contratada por meio de licitação, quando conectados à internet. O envio dos dados para o sistema ocorreu diariamente, após o retorno da equipe de campo às bases de apoio.

Em cada dia de coleta, a equipe técnica da Dipos/IPEDF Codeplan acompanhou a execução da pesquisa realizando anotações em um ficha contendo informações básicas sobre o planejamento diário do campo, além de um espaço para anotação de possíveis intercorrências observadas. Membros da equipe técnica da Dipos/IPEDF Codeplan também acompanharam supervisores e entrevistadores em trajetos definidos pela pesquisa de campo.

Tanto a presença contínua nas bases de apoio como em alguns trajetos percorridos junto às equipes de pesquisa foram fundamentais para a equipe técnica da Dipos/IPEDF Codeplan monitorar todo o processo de execução da pesquisa em diversas frentes.

Cada distrito censitário contou com uma base de apoio (quadro 8) para alocar a equipe de coordenação e de entrevistadores. Nelas, foram disponibilizadas estruturas para comportar os pesquisadores, que recebiam alimentação e instruções detalhadas sobre a atuação em campo.

Quadro 8 - Divisão dos distritos censitários

Nº do distrito censitário	Base de apoio do distrito censitário
Distrito censitário 1	Centro Pop Taguatinga
Distrito censitário 2	CREAS Sobradinho
Distrito censitário 3	Centro Pop Brasília
Distrito censitário 4	CREAS Núcleo Bandeirante
Distrito censitário 5	CREAS Gama

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

Para garantir a qualidade dos dados coletados, durante o período de coleta, foi realizado periodicamente um sorteio aleatório de 30% das entrevistas de cada entrevistador, para análise de qualidade das informações. A verificação da consistência dos dados foi realizada a partir da escuta dos áudios integrais das entrevistas e da verificação do GPS dos locais de aplicação. Outra estratégia de verificação realizada pela equipe técnica da Dipos/IPEDF Codeplan consistiu na checagem diária de possíveis inconsistências em determinadas respostas. A verificação mapeou combinações de perguntas cujas respostas seriam incoerentes caso fossem respondidas por um mesmo respondente.

5.3 Coleta amostral de dados

A etapa amostral apresenta estratégias diferentes da etapa censitária, pensadas pela importância da aplicação de um questionário mais extenso que abarcasse, em profundidade, aspectos que não seriam possíveis serem coletados por meio de um questionário censitário. A aplicação de questionário extenso em paralelo à contagem da população em situação de rua traria desafios logísticos e operacionais, com a necessidade de elevar a quantidade de pesquisadores para cobrir determinadas regiões e prejudicar, inclusive, a própria contagem, já que ela deve ser rápida e objetiva. Por isso, a etapa amostral foi realizada separadamente, entre os dias 04 e 07 de fevereiro de 2025, semana subsequente à etapa censitária.

A tabela 1 apresenta a distribuição do tamanho da amostra por Distrito Censitário e os tipos e a quantidade de locais da aplicação dos questionários.

Tabela 01 - Distribuição do desenho amostral

Distrito Censitário	Nº de Regiões Administrativas	Nas ruas	Nº de serviços de acolhimento	Nos serviços de acolhimento	Total
1	4	95	3	28	123
2	6	70	3	34	104
3	3	119	0	0	119
4	4	91	0	0	91
5	3	56	4	45	101
Total	-	431	-	107	538

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

O cálculo da amostra foi desenvolvido com base em um conjunto de critérios, a saber: i) número total da população em situação de rua identificada durante a etapa censitária; ii) representatividade da população em situação de rua por Distrito Censitário; iii) locais de aplicação do questionário durante a etapa censitária; e iv) número total da população em situação de rua localizada em espaços públicos da rua e em serviços de acolhimento.

6 Referências bibliográficas

AGUIAR, Maria José. Moradores de rua na cidade do Guarujá/SP: Condições de vida, saúde, emoções e riscos. 2014. 178 p. Dissertação (Políticas e Práticas de Saúde). Universidade Católica de Santos, Santos, SP, 2014. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/bitstream/tede/861/2/Maria%20Jose%20Gomes%20de%20Aguir.pdf>. Acesso em 07 de mar. de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/livros/rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 07 de mar. de 2025.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm#:~:text=Para%20fins%20deste%20Decreto%2C%20considera,%C3%A1reas%20degradadas%20como%20espa%C3%A7o%20de. Acesso em: 07 de mar. de 2025.

CARDOSO, Evellyn. Direito à moradia: população em situação de rua e assistência habitacional. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2021. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/30efdb8f-f952-4ad4-b022-b1698e1d2730/content>. Acesso em: 26 de fev. de 2025.

CASTRO, Hernany; ROCHA, Emerson. Situação de rua, vínculos sociais e as políticas públicas de saúde e de assistência social. Serviço Social & Sociedade, v. 147 (2), 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/3K4H63z5jwKhbFrqdTt78rP/?lang=pt>. Acesso em: 07 de mar. de 2025.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 33.779, de 6 de julho de 2012. Institui a Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua do Distrito Federal e dá outras providências. Distrito Federal, 2012. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/72258/Decreto_33779_06_07_2012.html. Acesso em: 07 de mar. de 2025.

DISTRITO FEDERAL. Decreto Nº 45.474, de 6 de fevereiro de 2024. Institui a realização periódica da pesquisa Censo Distrital da População em Situação de Rua. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, nº 27, 7 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2024/02/populacao-de-rua.pdf>. Acesso em: 07 de mar. de 2025.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 6.691, de 1º de outubro de 2020. Institui a Política Distrital para a População em Situação de Rua, no Distrito Federal. Acesso em 07 de mar. de 2025. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=a0ee8252d42c4bb0988189c86d2a8d16. Acesso em: 07 de mar. de 2025.

GRAMAJO, Carolina et. al. (Sobre)viver na Rua: Narrativas das Pessoas em Situação de Rua sobre a Rede de Apoio. Psicologia: Ciência e Profissão. v. 43, p. 1-14, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/KnJ4NzHKBLksDZw7Dv5mhNm/>. Acesso em: 07 de mar. de 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Guia do censo de 2010 - Glossário, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html>. Acesso em: 7 de mar. de 2023.

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF). Perfil da população em situação de rua do Distrito Federal. Relatório de pesquisa. Brasília: IPEDF, 2022. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/perfil-da-populacao-em-situacao-de-rua-do-distrito-federal/>. Acesso em: 07 de mar. de 2025.

MENDES, Kíssila, et. al. População em situação de rua, vulnerabilidade e drogas: uma revisão sistemática. Psicologia e sociedade. v. 31, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/N9kcMm76dkJ8nrBWFhZtvfq/?lang=pt>. Acesso em: 07 de mar. de 2025.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf. Acesso em: 07 de mar. de 2024.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/plano-nacional-ruas-visiveis>. Acesso em: 07 de mar. de 2025.

MOTA, Fernanda; FRUTUOSO, José. Cadastramento diferenciado de pessoas em situação de rua: experiência e desafios para inclusão no Cadastro Único. In: População em Situação de Rua: Conceitos, Métodos de Contagem e Políticas Públicas. Caderno de Estudos, n. 37, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Brasília, 2024.

ROSA, Cleisa. *Vidas de Rua*. São Paulo: Hucitec, 2005.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A "situação de rua" para além de determinismos: explorações conceituais. In A. Dorneles, J. Obst & M. Silva (Orgs.), *A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre* (pp. 27-41). Porto Alegre: Didática Editora do Brasil, 2012. Disponível em: https://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/a_Rua_em_movimento.pdf. Acesso em: 07 de mar. de 2025.

VASCONCELOS, Ricardo et al. *Direitos Humanos e Fundamentais e pessoas em situação de rua: apontamentos e reflexões. EXTENSÃO PUC MINAS: da palavra à ação: esperar, (com)partilhar e democratizar*, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20220215114235.pdf#page=189. Acesso em: 07 de mar. de 2025.

PESQUISA
POP RUA

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF Codeplan

Setor de Administração Municipal - SAM

Bloco H, Setores Complementares

Ed. IPEDF Codeplan

CEP: 70620-080 - Brasília-DF

Fone: (0xx61) 3342-2222

www.ipe.df.gov.br

ipe@ipe.df.gov.br